

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2011
(dos Srs. Rogério Marinho, Otávio Leite e Mara Gabrilli)

Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença do Ministro da Educação, Secretaria de Educação Especial, especialistas em educação especial, pais e instituições de pessoas com deficiência para discussão acerca do Programa de Educação inclusiva do Ministério da Educação (MEC) e suas consequências como o possível fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e do Instituto Benjamin Constant, (IBC) ambos localizados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação do Ministro de Educação, Secretaria de Educação Especial, especialistas em educação especial, pais e instituições de pessoas com deficiência para discussão acerca do Programa de Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC) e suas consequências como o possível fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Benjamin Constant (IBC), ambos localizados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

- Senhor Fernando Haddad – Ministro da Educação
- Senhora Cláudia Pereira Dutra – Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação.
- Senhora Maria Odete Santos Duarte - Diretora-Geral do Instituto Benjamin Constant (IBC) da Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

- Senhora Darcy Siqueira - Presidente da Associação de Pais do Instituto Benjamin Constant (IBC).
- Senhora Solange Rocha – Diretora-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
- Senhor Antonio Soares de Carvalho Jr. – Presidente da Associação de Pais do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).
- Senhora Karin Strobel - Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.
- Senhor Moisés Bauer Luiz - Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE)
- Senhora Rosita Edler – Especialista em educação Inclusiva.

JUSTIFICAÇÃO

O Deputado Otávio Leite (PSDB – RJ) traz ao conhecimento desta Comissão de Educação, fato que fundamentou o pedido desta Audiência Pública: o Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ambos localizados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, **“em 2012, não vão mais matricular”**. A notícia causou forte impacto e preocupação junto aos pais e comunidade.

O Instituto Benjamin Constant (IBC), fundado em 1854, trata-se de uma tradicional instituição de ensino para deficientes visuais, localizada no bairro da Urca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Considerado como o primeiro passo concreto no país para garantir ao deficiente visual o direito à cidadania, o Instituto foi derrubando preconceitos e fez ver que a educação e a profissionalização das pessoas portadoras desta deficiência.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) tem 154 anos de história, trata-se de um centro nacional de referência na área da surdez, no Brasil, localizado em Laranjeiras, também no Rio de Janeiro. Foi a primeira instituição de atendimento nesta área, do Brasil.

Conforme veiculado pelo Jornal “O Globo” em 30 de março de 2011:

“Sem palavras

Deficientes visuais e auditivos temem possibilidade de perder escolas especiais

Duilo Victor

A comunidade de deficientes auditivos e visuais no Rio se articula contra a **possibilidade** de encerramento, até o fim do ano, das aulas de ensino básico para crianças e jovens em duas instituições federais: o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), em Laranjeiras, e o Instituto Benjamin Constant, na Urca. Só no Colégio de Aplicação do Ines, há cerca de 500 alunos, desde o maternal até o 3º ano do ensino médio. Além disso, nos dois últimos anos, com a prática adquirida no local, 80 professores se formaram no instituto em pedagogia com o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Já no Benjamin Constant - fundado há 156 anos, dois antes que o Ines -, cerca de 300 alunos estão matriculados do 1º ao 9º anos do ensino fundamental.

Na internet, há vídeos, manifestos e abaixo-assinados contra o fim do ensino básico nas duas instituições. De acordo com a diretora-geral do Ines, Solange Rocha, a diretora de Políticas Educacionais Especiais do Ministério da Educação, Martinha Claret, veio ao Rio há 12 dias para informar que as atividades do Colégio de Aplicação vão acabar até o fim do ano. A intenção é matricular os alunos portadores de necessidades especiais nas redes estadual e municipal convencionais.

- A diretora Martinha foi bem categórica (quanto ao fechamento do Colégio de Aplicação). Mas não estamos em embate com o MEC, e sim em período de negociação. E estamos otimistas. Queremos esclarecer que, para a política de inclusão, o Colégio de Aplicação é fundamental, pois é nele que são formados os professores e elaborado o material pedagógico especializado que vão orientar o ensino em todo o país - diz Solange, que, em maio, levará um parecer oficial ao MEC, com propostas para não fechar o Colégio de Aplicação do Ines.

Diretora: sistema está despreparado

No ano passado, em reportagem publicada na revista da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis), há uma declaração atribuída a Martinha em que ela explica ser a favor de uma política de inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede convencional. Diz também que colégios como o de Aplicação do Ines são segregacionistas: "As pessoas não podem ser agrupadas em escolas para surdos porque são surdas". A diretora do Ines, por sua vez, argumenta que não há contradição entre a política de inclusão e a existência do Colégio de Aplicação.

- Não somos contra a política de inclusão. Mas o sistema de ensino no país se mostra despreparado para lidar inclusive com os (alunos) ouvintes - diz Solange.

O Ministério da Educação negou ao GLOBO haver uma ação oficial em relação ao Ines ou ao Instituto Benjamin Constant. Disse ainda que, enquanto não houver "algum plano sólido para a reformulação (da educação especial), não há informações para passar".

A diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis), Patrícia Luiza Rezende, coordenadora do ensino de Libras na Universidade Federal de Santa Catarina, é contra o fechamento do Colégio de Aplicação do Ines. "O discurso do MEC acusa as escolas de surdos de serem segregacionistas", disse a professora, que é surda-muda, em e-mail ao GLOBO. "Isso é uma falácia. A maioria dos pesquisadores da área defende que reunir surdos numa mesma escola ou sala de aula não significa separá-los do mundo ou torná-los mais dependentes. Ao

contrário, os ambientes que favorecem a vivência de uma língua de maneira espontânea fazem com que os sujeitos se tornem mais autônomos", concluiu.

O futuro do Instituto Benjamin Constant e do Ines será tema de uma audiência pública amanhã, às 14h, na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). O presidente da Comissão de Portadores de Deficiência Física, Márcio Pacheco (PSC), é a favor da política de inclusão, mas contra o fechamento das escolas:

- Sou a favor da inclusão híbrida, de apoio às escolas municipais e ao funcionamento das unidades especializadas, pois estas são formadoras de professores que poderão atuar depois na rede convencional.

A Secretaria municipal de Educação informou, por meio de nota, que não foi contactada sobre um eventual fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Instituto Benjamin Constant. O órgão disse ainda que conta com 9.923 alunos portadores de necessidades especiais, sendo 4.508 incluídos em classes regulares. De acordo com a política da secretaria, estudantes com deficiências são incluídos em salas regulares se este for o desejo dos pais. Caso contrário, são encaminhados a salas ou escolas especiais.

Especialista critica política do MEC

Para professora, alunos não compartilham a língua nas escolas convencionais.

A diretora de Políticas Educacionais e coordenadora de Ensino de Libras na Universidade Federal de Santa Catarina, Patrícia Luiza Ferreira Rezende, disse, em e-mail ao GLOBO, que é contra a forma como o Ministério da Educação executa a política de educação especial no país. "Infelizmente, a Lei da Libras, o decreto e a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência não têm sido cumpridos a contento pelo MEC. A atual política de inclusão insiste em colocar crianças surdas junto com as ouvintes, sem haver um compartilhamento linguístico entre elas. Nesses espaços, as crianças surdas oriundas de famílias ouvintes não adquirem sua língua natural de forma espontânea, como as crianças ouvintes que compartilham a mesma língua da sua família interagindo e obtendo informações e, assim, construindo o conhecimento de mundo, que é aprofundado na escola. Como haver inclusão se não há aquisição linguística pela criança surda?"

Em seguida, a professora, que é surda-muda, explica como o portador de surdez encara o aprendizado do português: "A língua de instrução utilizada em todos os espaços da escola inclusiva é o português. No máximo, os alunos contam com a presença de intérpretes de língua de sinais durante as aulas, o que muitas vezes torna inviável o ensino, já que a criança surda nem sequer domina Libras, muito menos possui conhecimento prévio do mundo por meio de língua nenhuma. Mas a metodologia de ensino continua sendo a mesma para surdos e ouvintes. O português é ensinado como primeira língua aos surdos, descumprindo a legislação."

É de fundamental importância para esta Comissão entender os rumos da política de inclusão das pessoas com deficiência do Ministério da Educação, das necessidades especiais à inclusão social. Frente a esta situação estão os rumos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e do Instituto Benjamin Constant (IBC), instituições centenárias no Brasil.

Sala das Comissões, em de março de 2011.

Deputado Rogério Marinho
PSDB RN

Deputado Otávio Leite
PSDB RJ

Deputada Mara Gabrilli
PSDB SP